

V. J. J.
24/2/12
97.

Basílio Horta
Presidente

Avaliação de fornecedores 2016

Através do Despacho n.º 14-P/2017, de 06 de fevereiro, o Exmo. Senhor Presidente determinou fosse efectuada a avaliação dos fornecedores dos contratos vigentes em 2016

Decorrido o período de execução do processo de avaliação, apresenta-se agora o relatório respectivo, no qual se sintetizam as principais conclusões a retirar deste processo.

Enquadramento, objectivos e metodologia

Com a implementação do Sistema de Gestão de Qualidade (SGQ) baseado na Norma NP EN ISSO 9001:2008, constitui obrigação do SGQ em vigor na autarquia a avaliação anual dos fornecedores segundo os requisitos da Norma.

Todavia, o Código dos Contratos Públicos não permite estabelecer critérios de avaliação das propostas que tenham em conta quaisquer situações, qualidades, características ou outros elementos de facto relativos aos concorrentes, pelo que não é possível extrair consequências diretas da avaliação dos fornecedores.

Não obstante, tendo em vista cumprir o exigido pelo SGQ, o Exmo. Senhor Presidente da Câmara, proferiu o Despacho N.º 14-P/2017 que determinou fosse efectuada a avaliação dos fornecedores dos contratos vigentes em 2016.

Uma vez que a responsabilidade pela avaliação dos fornecedores do Município é de todas as unidades orgânicas, na qualidade de gestoras dos contratos estabelecidos, o Departamento de Contratação Pública elaborou o Manual de Avaliação de Fornecedores, para suporte do processo de avaliação, no qual estão definidos os seguintes critérios de avaliação:

- **Prazo de entrega /execução:** capacidade do fornecedor de cumprir e respeitar os prazos de entrega/execução que figuram nas requisições oficiais de aquisição (negativo ou positivo);
- **Qualidade:** capacidade do fornecedor de cumprir as condições das requisições oficiais de aquisição ou das especificações dos produtos solicitados (negativo ou positivo);
- **Penalidades:** no âmbito de cada contrato houve ou não lugar a proposta de aplicação de penalidades por incumprimento conforme previsto no contrato (sim ou não).

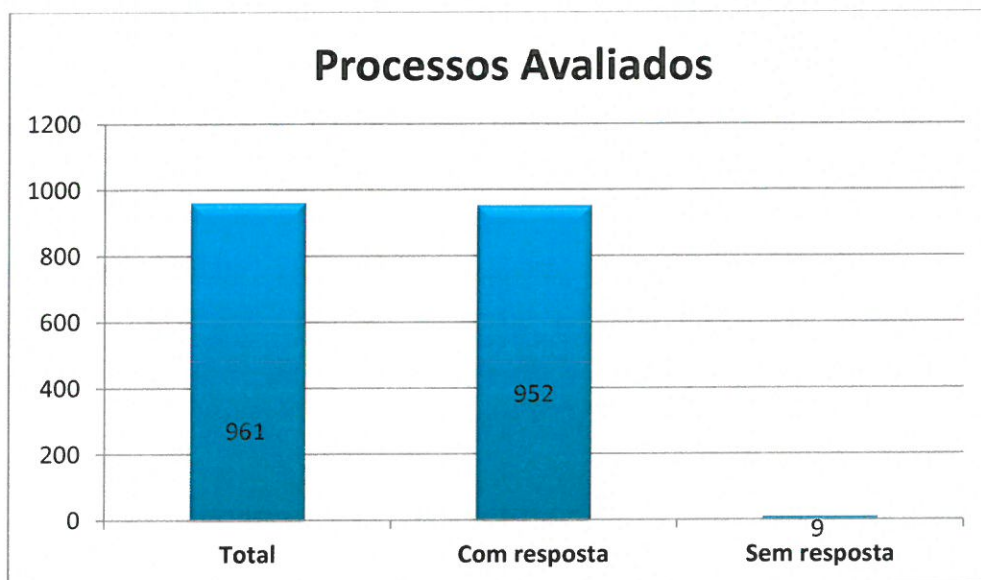
O fator preço não foi estabelecido como critério de avaliação, uma vez que a adjudicação é feita, habitualmente, segundo o critério do mais baixo preço.

Para além dos critérios de avaliação definidos e dado o extenso universo de processos aquisitivos e respetivos fornecedores, o Manual da Avaliação de Fornecedores delimitou também as unidades orgânicas gestoras dos processos que fazem a avaliação, a saber: GTAM; DCD; DED; DGEM; DGP, DGPM; DSU1; DSU2; DTMU; DCP; GIRC; GLAE; E SSST.

Resultados obtidos e análise

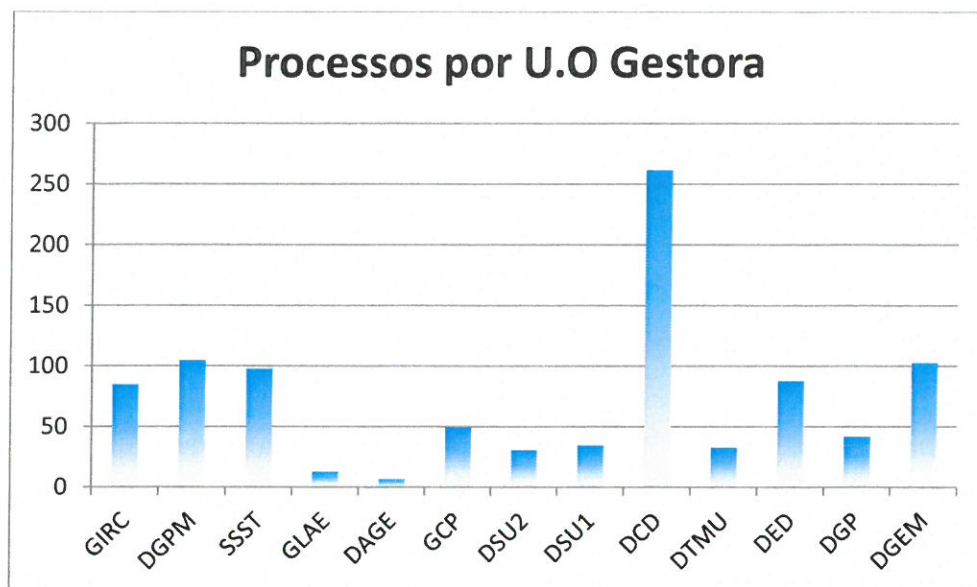
O processo de avaliação de fornecedores efetuado pelas unidades orgânicas acima identificadas decorreu até dia 31 de dezembro de 2016, incidindo num total de 961 processos referentes ao ano de 2016. Comparativamente ao ano de 2015 existe um aumento de 171 processos o que corresponde a um incremento de 19%.

Destes, obteve-se resposta a 952 processos, não se verificando qualquer resposta a 9 processos, a ausência de resposta justifica-se: por não ter existido execução do processo de despesa, em virtude de não ter sido feita qualquer requisição durante o ano de 2016, ou porque são processos plurianuais ainda não concluídos, pelo que não poderá ser avaliado o fornecedor em causa. Em 2015 foram avaliados 727 processos, o que representa um aumento de 225 processos avaliados, ou seja mais 34% dos processos avaliados.



Embora os dados obtidos se refiram a um universo de 961 processos, a análise incluirá somente os processos de despesa que foram executados, dado serem os únicos que permitiram uma avaliação dos fornecedores.

Como se disse, obteve-se uma amostra constituída por 952 processos, os quais foram analisados pelas respetivas unidades orgânicas gestoras, GTAM; DCD; DED; DGEM; DGP, DGPM; DSU1; DSU2; DTMU; DCP; GIRC; GLAE; E SSST.



Do quadro acima constata-se que 5 unidades orgânicas concentram cerca de 62% dos processos avaliados, com predominância da DCD no qual se inclui a DCUL, DTUR e DDJU com o total de 262 processos, seguindo-se a DPGM com 105 processos, a DGEM com 103 processos, a SSST com 98 processos e a GIRC com 85 processos de despesa.

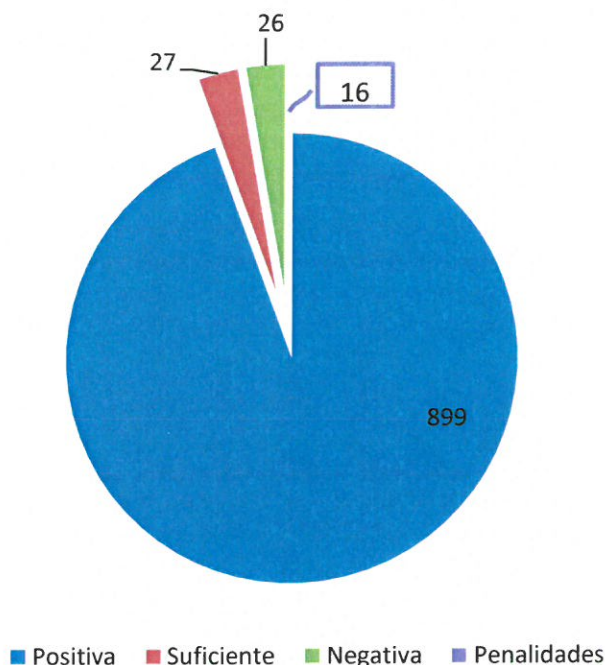
Após a análise dos processos e tendo este relatório o propósito de avaliar os fornecedores, cumpre agora apresentar os resultados obtidos.

Como foi referido, a avaliação traduz-se em dois critérios, o prazo de entrega/execução e a qualidade. As unidades orgânicas gestoras avaliam se os fornecedores cumpriram os prazos de entrega/execução e se os bens/serviços contratados correspondem às especificações solicitadas.

Em suma: os critérios de avaliação produzem resultados que se traduzem em avaliação: Positiva, Suficiente ou Negativa, conforme cumpram, respetivamente, ambos os critérios, apenas um dos critérios ou nenhum dos critérios. Neste último caso, poderá ainda ter sido proposto pela unidade orgânica a aplicação de penalidades ao fornecedor, o que será reflectido na avaliação.

Após avaliação das unidades orgânicas gestoras, resultaram 899 avaliações positivas que representam 94% da amostra, houve 27 processos com avaliação suficiente e 26 processos tiveram avaliação negativa dos quais 16 obtiveram proposta de aplicação de penalidades.

Avaliação de Processos

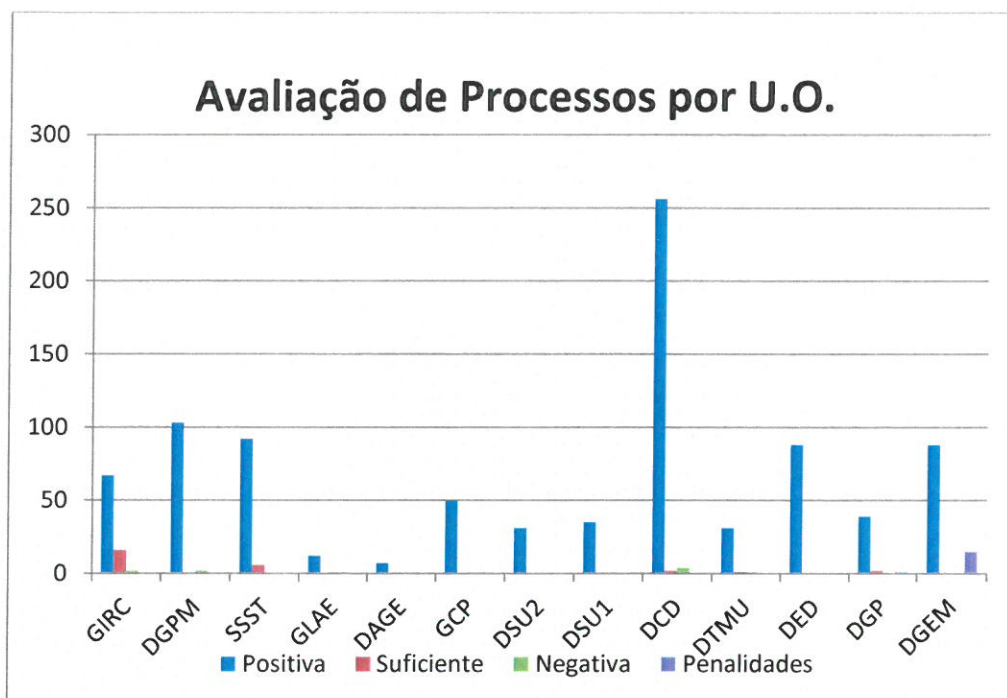


O número de processos com avaliação suficiente, situação que ocorre quando um dos critérios avaliados é negativo, foi de 27 processos.

Destes, 15 foram classificados negativamente no que respeita ao cumprimento do prazo de entrega/execução e os 12 processos restantes obtiveram avaliação negativa na análise do critério da qualidade.

Relativamente a 2015 não se verificou grandes alterações na avaliação de processos mantendo-se estável.

Após análise da avaliação de processos, pretendeu-se verificar quais é que foram as avaliações qualitativas produzidas pelas unidades orgânicas gestoras dos processos. Apurou-se que a DGEM e a DGP efetuaram propostas de aplicação de penalidades aos fornecedores.



Em conclusão:

- Os resultados obtidos revelam pois que a esmagadora maioria dos processos (899 processos correspondendo a 94%) obtiveram avaliação positiva em ambos os critérios de avaliação: prazo de entrega/execução e qualidade;
- Apenas 27 processos obtiveram avaliação suficiente (3%);
- Processos com avaliação negativa totalizam 26, correspondendo a 3%, dos quais 16 processos (2%) obtiveram proposta de aplicação de penalidades.

Sintra, 19 de julho de 2017